

⇒ PROJETOS DE LEI APRESENTADOS NESTA SEMANA:

Interesse Geral/Economia

Foco: Distrito industrial de Bangu

Projeto de Lei nº1004/2018, de autoria dos vereadores Cesar Maia e Marcelino D’Almeida, que “Cria o distrito industrial de Bangu”. Apresentado em 09/10/2018 e distribuído às Comissões de → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Assuntos Urbanos → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → Meio Ambiente → Trabalho e Emprego → Obras Públicas e Infraestrutura → e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira

Síntese:

Cria a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, o Distrito Industrial de Bangu, na região localizada entre os rios Sarapuí e Pavuna, até o limite entre a Estrada General Afonso de Carvalho e o Parque Municipal Natural do Gericinó.

O Distrito Industrial de Bangu servirá para implementar micro, pequenas e médias indústrias capazes de desenvolver relações baseadas na complementaridade, na interdependência e na cooperação entre elas e bem como com outros polos industriais.

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Trabalhista

APROVADO na Comissão de Educação o parecer do relator, vereador Tarcísio Mota, ao Projeto de Lei nº 238/2017, que “Institui a contratação de jovem aprendiz nas empresas que prestem serviços de terceirização à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências”, favorável ao PL e ao substitutivo nº 1.

Indústria Plástica

APROVADO o parecer conjunto das Comissões¹ ao Projeto de Lei nº 981/2018, de autoria dos vereadores Thiago K. Ribeiro e Marcello Siciliano, que “Obriga restaurantes, bares, lanchonetes, barracas de praia, ambulantes e similares autorizados pela prefeitura a usarem e fornecerem canudos fabricados exclusivamente com material biodegradável e/ou reciclável individual e hermeticamente embalados com material semelhante”, com emenda.

APROVADO na Comissão de Justiça e Redação o parecer do relator, vereador Thiago K. Ribeiro, ao Projeto de Lei nº 988/2018, de autoria do vereador Daniel Martins, que “Dispõe sobre a redução progressiva da aquisição de material plástico descartável, à base de polietileno ou de derivados de petróleo destinado ao consumo de bebida e alimentos os órgãos públicos municipais do Rio de Janeiro”, pela constitucionalidade.

Petróleo e Gás

A Comissão de Justiça e Redação arquivou o Projeto de Lei Complementar nº 75/2018, de autoria dos vereadores Ítalo Ciba e Otoni de Paula, que “Dispõe sobre a cassação e/ou suspensão do alvará de funcionamento de empresas e postos estabelecidos no município do Rio de Janeiro, que revendam combustíveis adulterados e dá outras providências”, em virtude da existência da lei nº 4.536/2007 que se encontra em vigor.

Interesse Geral

APROVADO na Comissão de Justiça e Redação o parecer do relator, vereador Thiago K. Ribeiro, ao Projeto de Lei nº 966/2018, de autoria do deputado Leandro Lyra, que “Institui o Código de Transparência do município do Rio de Janeiro”, pela inconstitucionalidade (matéria privativa do Poder Executivo Municipal). Arquivado em 16/10/18.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária
Dia: 17/10/18

1ª DISCUSSÃO:

¹ Comissões: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → Meio Ambiente → de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

APROVADO o Projeto de Lei nº 1613/2015, de autoria do vereador Átila a. Nunes, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes pré-existentes”. O PL voltará em 2ª discussão.

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 526/2017, de autoria do vereador Val Ceasa, que “Dispõe sobre a afixação de listagem de medicamentos proibidos, interditados e suspensos às farmácias e drogarias”, por falta de quórum.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

DECRETO RIO nº 45158 de 10 de outubro de 2018

Prorroga, por trinta dias, o prazo da suspensão temporária de que trata o Decreto nº 45.031, de 11 de setembro de 2018, que suspende, temporariamente, os efeitos dos Decretos nºs 42.272, de 20 de setembro de 2016, que dispõe sobre horário de circulação de veículos de carga e operação de carga e descarga na forma que menciona, e dá outras providências, e 43.970, de 17 de novembro de 2017, que altera o Decreto nº 42.272, de 20 de setembro de 2016, que dispõe sobre horário de circulação de veículos de carga e operação de carga e descarga.

DECRETO RIO nº 45159 de 10 de outubro de 2018

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 5.788, de 23 de setembro de 2014, que institui o Programa, Adote o Rio, e dá outras providências.

DECRETO RIO nº 45201 de 17 de outubro de 2018

Dispõe sobre o calendário Anual de Pagamento de Tributos Municipais (CATRIM) relativo aos lançamentos ordinários e extraordinários de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e de Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TCL) efetuado no exercício de 2019.

DECRETO RIO nº 45202 de 17 de outubro de 2018

Altera o Decreto nº 14.602, de 29 de fevereiro de 1996, criando rito processual para os procedimentos de alegação e transposição de pagamentos de IPTU e dos tributos e contribuições administrados pela Coordenadoria desse imposto e a competência para as respectivas decisões.

DECRETO RIO nº 45203 de 17 de outubro de 2018

Altera o caput e acrescenta o § 2º no art. 80 do Decreto nº 14.02, de 29 de fevereiro de 1996, o que diz respeito à necessidade de autuação de processo administrativo para fins de impugnação de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA com a Secretaria de Saúde

Dia: 30-outubro-2018

Hora: 09:30 às 13h30

Local: Plenário

Tema: PL 999/2018 (Mensagem 93/2018) que estima a receita e fixa a despesa para o município do Rio de Janeiro do exercício financeiro de 2019.

A audiência pública deverá contar com a presença do Secretário Municipal da Casa Civil, Sr. Paulo Messina; e representantes da Secretaria Municipal de Fazenda.

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiana Abranches. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.